

MEMÓRIA E LUGAR: REVELANDO TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES

*Célia Regina Neves da Silva**

Resumo: Este trabalho procura apresentar o trabalho realizado com História Oral na Dissertação de mestrado “Contexto, lugar e memória: representações de cidade no imaginário popular” realizada em 1999, pelo IPPUR/UFRJ, com orientação de Ana Clara Torres Ribeiro. A dissertação tratou dos movimentos sociais urbanos do final dos anos 70 e dos anos 80 na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Momento de luta por equipamentos urbanos, tais como habitação, saneamento, e iluminação; mas, sobretudo, lutaram pelo direito à legalidade, uma vez que a população daquela região vivia uma realidade marcada pelo total descaso do poder público no que tange à oferta de serviços básicos, e principalmente, ao reconhecimento do direito à propriedade dos setores populares. Este artigo apresenta uma síntese do trabalho realizado no terceiro capítulo “Memória, lugar e identidade”, momento em que trabalhamos à reconstrução da memória daquele movimento e suas representações políticas através do universo simbólico de atores sociais que os construíram, isto é, de ideias presentes naqueles processos de luta.

Palavras-chave: memória; imaginário popular; identidade; cidade.

Abstract: This paper discusses the urban social movements during the late 70's and the whole 80's in the West Zone of Rio de Janeiro city. These movements struggled for urbanization, such as dwelling, sanitation and electricity. However, their main struggle was to obtain their legal rights, since the population of that area was living under a situation marked by total indifference from the public government, who neglected the basic services and the recognition of the right of the popular sectors to have properties. Following this perspective, this article intends to reconstruct the symbolic universe memories of the social actors engaged in those movements and their political representations and the ideational which were present in those processes of struggle.

Key Words: memory, popular imaginary, identity and city

Uma singela homenagem

Memória e lugar: revelando trajetórias e identidades é uma síntese do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 1999, no IPPUR (Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), da UFRJ, intitulada

Contexto, lugar e memória: representações de cidade no imaginário popular. Esta publicação se faz hoje como uma homenagem a minha orientadora Ana Clara Torres Ribeiro, já não mais presente entre nós. Dela guardo lembranças e saudades. A dissertação não teria sido possível sem seu afeto e cuidadosa orientação. Ana Clara reconheceu em mim uma pessoa capaz de trabalhar com Histórias de Vida, apresentou-me a metodologia e me ensinou. Guardo comigo esse cuidado na minha trajetória de educadora no campo das Ciências Humanas. Guardo, ainda, uma última versão de minha dissertação completa, inteiramente lida e marcada, com tinta forte e traços suaves.

1 Considerações iniciais

A (re)construção da memória dos movimentos populares urbanos no final dos anos 70 e nos anos 80 na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e, nela, as *representações de cidade*, requeria a utilização de uma metodologia propícia à expressão da intencionalidade dos sujeitos envolvidos naqueles movimentos, o que implicava uma abordagem qualitativa do objeto de estudo. Ou seja, a diretriz epistemológica de nosso exercício analítico exigia sensibilidade para definir a posição que cada depoente ocupava no grupo social, assim como o significado de cada experiência, de cada vivência, através de um mergulho na fala e em toda forma de expressão relacionada a momentos/eventos importantes, expressos em pausas, silêncios, bloqueios.

Trata-se de resgatar, no conjunto de acontecimentos gerais e ordinários, as experiências vividas por cada um/a e, sobretudo, as imagens reconstruídas pelo trabalho da memória. Cabe-nos a tarefa de captar essas imagens numa tentativa de dizer dos processos vividos pelos sujeitos em ação, numa busca de revelar subjetividades em contextos, “formas-conteúdo” (Santos, 1996, p. 260), onde se mesclam materialidades e relações sociais, objetos e ações que conformam o cotidiano e as suas rupturas. Esta é uma tentativa analítica que, ao visar o aprofundamento de contextos sociais e políticos, concebe os sujeitos populares como fazedores de história. Dessa perspectiva, rompemos com a história que se apresenta totalizante e linear (GARCIA, 1996, p. 171).

Por trás da aparência de irracionalidade, os universos simbólicos dos subalternos revelam sistemas lógicos de conhecimento. Ao trilhar o caminho que dá acesso ao entendimento desses sistemas, não se está fazendo a celebração de um enigma ou o elogio da emoção: impõe-se, portanto, ao observador a necessidade de colocar-se em posição de compreender o significado das ações (...)

Neste campo metodológico, a experiência pessoal é o grande fio condutor de histórias, ou seja, cada experiência conduz uma vida a diversas histórias que se amalgamam numa teia de significados, construindo lugares políticos novos, novas práticas, e fundando o compartilhamento

de interesses e vontades, conforme nos apresenta Chauí (1988, p. 120): “Não é o cotidiano nem sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências.”

Concluído o corte social e espaço-temporal de nosso estudo – um loteamento irregular e os movimentos sociais que se constituíram a partir do final dos anos 70 e nos anos 80 – e construída uma questão epistemológica central, restava definir os entrevistados.

Passamos então ao exame cuidadoso das Atas de Reuniões da Associação de Moradores de Vila dos Palmares¹ e de outros documentos considerados relevantes, os quais nos orientaram na formação de uma rede de depoentes. As Atas foram da maior importância, pois nos revelou a recorrência de determinadas questões e, principalmente, os papéis assumidos por um conjunto de pessoas na construção do lugar, intervindo no real, enquanto dimensão política do social.

No lugar emerge a vida, posto que é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço social concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. Tem a dimensão da vida. (CARLOS, 1994, p. 303)

Vila dos Palmares nos pareceu conter e expressar esta dimensão criadora do lugar. Selecionamos, assim, moradores/as que estiveram presentes desde os primeiros momentos da organização comunitária. No decorrer da pesquisa, o acerto dessa seleção foi sendo confirmado desde a primeira entrevistada que sugeria, sempre, a realização de entrevista com alguma das pessoas que tínhamos pré-selecionado.²

A nossa rede de depoentes na comunidade acabou sendo constituída por cinco moradores/as, além de importantes mediadores já citados, como Padre Rafael, padre da Capela São José; o Dr. Miguel Baldez, Procurador Geral do Estado no período; Grazia de Grázia da FAMERJ; além do delegado Hélio Luz, embora este não tenha tido grande participação naquele lugar.³

2 Lembranças: a origem que alavanca sujeitos e constrói lugares

2.1 Tempo e memória.

Cada momento/lugar na história da vida é construído por diversas dimensões em

*Professora de Sociologia das FIC, Coordenadora do Curso de Ciências Sociais, Professora de Geografia da Rede Pública do Município do Rio de Janeiro e Educadora Popular no IFHEP.

¹ Bairro definido para nosso estudo de campo, localizado em Inhoaíba, Campo Grande.

² Definimos seis pessoas, sendo que uma delas não quis participar, afirmando que muito havia trabalhado pela comunidade e que, nos últimos tempos, estavam todos acomodados. Sentia-se um tanto frustrada.

³ Esse depoente fez um mapeamento geral do movimento na Zona Oeste, ressaltando, conforme antes registrado, o seu papel enquanto mediador do movimento em Guaratiba, onde prestou assistência jurídica aos posseiros da região.

conflito, uma vez que resulta de intenções diferentes e, muitas vezes, contraditórias dos sujeitos em ação. Assim, os sentidos da participação social, os quais buscamos reconstituir, encontram-se enraizados nos encadeamentos das relações sociais, isto é, familiares, de vizinhança e, principalmente, aquelas construídas no desenrolar do fio da vida de cada depoente.

Os longos encontros com nossos/as depoentes nos fizeram perceber que a memória se constrói no tempo vivido, mas, sobretudo, no tempo que se quer recordar. Isto é, lembramos o que queremos, o que para cada um de nós significa estar vivos, segundo os valores por nós definidos como balizadores da arte de viver. Portanto, o tempo é transportado na memória a medida em que esta opera o ato de lembrar, valorizando passagens, carências, conquistas, medos, enfrentamentos, enfim, encontros os mais diversos.

Ecléa Bosi, em *Memórias de velhos*, revela, com rara poesia, essa subjetividade do tempo; mergulhando, grande sensibilidade analítica, em cada fragmento de memória – enquanto substância reveladora de identidades, de comprometimentos sociais, enfim, da conjugação de matéria e espírito.

A infância é larga, quase sem margens, como um chão que cede a nossos pés e nos dá a sensação de que nossos passos afundam. Difícil transpor a infância e chegar a juventude. Aquela riquíssima gama de nuances afetivas de pessoas, de vozes, de lugares. (...) Pode às vezes a pessoa fixar-se no ponto de vista de um certo ano de sua vida (...) É a força do tempo social marcado por pontos de orientação, que transcendem nossa vontade e nos fazem ceder à convenção. (1979, p. 336).

Não solicitamos a nenhum/a de nossos/a depoentes que falassem da infância e, sim, de suas origens. Haveria, portanto, no remetimento à infância, uma dimensão subjetiva do tempo, não um tempo totalizador e totalizante, mas um tempo que se constrói pelo trabalho de cada sujeito e que pertence à história de cada um/a, única, no embalo do tempo⁴.

D. Cléa, lembrando de sua infância, transmite um passado de privações quando assinala o lugar da criança naquele mundo, muito diferente daquele dos seus desejos. Ao carregar latas d'água para vender, brincava com seu irmão no trajeto, perdendo parte de seu trabalho, prejudicando a venda. Essas brincadeiras de criança eram severamente punidas pela madrasta. Aparecem como fragmentos de lembranças, num trabalho de revelação de seu sonho. Transpor aquela situação de exclusão e abandono afetivo, construindo um novo lugar onde pudesse estar, partilhando a vida da cidade. Nesse passado distante, a escola representa o espaço da conquista de um novo lugar, um *locus* de alcance da prometida cidadania.

A minha origem é um pouco triste, eu nasci já perdendo a minha mãe. Aí, fui

⁴Conferir Milton Santos (1996, p. 124) quando propõe um olhar atento ao tempo a fim de compreender a dinâmica dos objetos. Dialogando com Whitehead “A mudança em um objeto vem das diferentes relações que mantém com os diversos eventos”, afirma “É desse modo que o espaço testemunha a realização da história, sendo a um só tempo, passado, presente e futuro.”

criada por pai e por madrasta. Aí, fui criada sofrendo muito, muito sacrifício na vida, e meu pai era sargento do exército, mas não tinha muito juízo e por causa do meu pai não ter muito juízo, minha mãe veio a falecer do meu parto. Aí, eu fui crescendo, fui crescendo, estudei; fiz o primário na Escola Afonso Celso, depois fiz o ginásio no Colégio Cidade de Lisboa e o Normal eu fiz lá em Madureira, no Carmela Dutra. Aí, quando eu tava com dezoito anos meu pai veio a falecer. Aí, minha madrasta com muito egoísmo, pensando que a gente ia tomar a casa que era da minha mãe, ficou com encrenca com a gente, aí me botou pra fora de casa. Foi aí que eu fui conhecer esse meu marido (...) (D. Cléa)

É curioso notar que a depoente traz a lembrança da infância com a firmeza que necessita para demarcar o presente de realizações. Assim, embora o passado mais recente – este onde tentamos buscar elementos para nossas reflexões – esteja configurado por um conjunto de carências, é lá no passado distante que é procurada a resistência para a luta do dia a dia. É da infância sofrida que são retirados elementos para a construção do projeto de futuro. De um cenário de necessidades, emergem carências (Sader, 1988, p.56/60). O trabalho da memória reivindica essas carências, secundarizando tantas outras necessidades que, por certo, estiveram presentes na vida de nossa depoente. E serão essas carências que irão “costurar” lembranças na construção do ser social, sujeito de lutas, e compartilhamentos.

As lembranças do tempo distante emergem eivadas de sonhos de melhorias de vida, trazendo a escola como um dos caminhos encontrados para a mudança, onde esta aparece como uma tábua de salvação para um futuro que se presentificava de forma dura. Trata-se de uma memória que assume uma dimensão de futuro, uma vez que se traduz em sonhos de construção de uma nova vida. Revela-se um imaginário de escola pleno de esperanças e utopias de conquistas e participação.

Hoje, a depoente transmite estas representações para os filhos.

(...)‘Eu posso até morrer, mas eu quero estudar.’ Eu sentia que o estudo ia me fazer falta, hoje, graças a Deus, dentro da minha casa eu ganho o meu dinheirinho, e falo com meus filhos: ‘Olha filho, não deixa de estudar não, que a base da vida é o estudo’.(... De uns tempos pra cá que minha mente abriu, mas era muito sacrifício, muita fome. (D. Cléa)

Ao longo de sua trajetória, D. Cléa deu forma ao seu sonho e, desde 1975, sua casa é também uma escolinha, onde alfabetiza e ensina crianças e, até mesmo, alguns adultos de Vila dos Palmares.

Os depoimentos colhidos daquele remoto espaço/tempo, lembranças da infância, permitem-nos afirmar que há um *lugar distante* – vivido por todos e que guarda profundas semelhanças, talvez pela marca compartilhada da pobreza e da exclusão –rememorado de forma singular, em conexão com o enfrentamento de carências vividas no cotidiano. Assim, verificamos a existência de trajetórias sociais formadoras de estratégias de enfrentamentos das carências no

lugar, onde o fortalecimento da solidariedade tem sido a meta e o caminho encontrados.

2.2 Imaginário popular: família e trabalho

Nas **lembranças de D. Maria José**, aparece uma menina que saiu de sua terra acreditando poder conquistar o espaço da Cidade. Vem para o Rio de Janeiro com uma família que não é a sua, envolvida por sonhos. Começa seu relato falando de sua chegada e das primeiras relações estabelecidas na cidade, na casa de parentes, onde busca acolhida.

Quando de pouca idade, criança e jovem, a luta pela sobrevivência, surge calcada na desapropriação do tempo da infância⁵; quando mais velhos, tendo migrado para a cidade, o trabalho emerge como veículo da edificação da família, condição *sine qua non* para a autoconstituição dos sujeitos aqui estudados. Família e indivíduo se fundem ampliando possibilidades no passado tão escassas. Funda-se, através da família, um imaginário pautado no encontro da plenitude, através do enfrentamento da adversidade e através da autodeterminação. Como se fosse um rito de passagem: chegar à cidade e aqui se integrar numa atividade produtiva que garanta a realização dos sonhos.

Quando eu cheguei da minha terra aqui, de Alagoas, eu tinha dezessete anos. Eu fiquei aqui na casa de uns primos, mas ali eles não me queriam. Me abriguei a dizer que queria pagar o aluguel pra ter ao menos a minha dormida porque eu não tinha parentes aqui, só tinha um irmão. Então eles disseram que podia ficar ali por uns dias. Então, esse que é meu marido hoje, ele morava lá com eles, eles davam pensão a ele, ao irmão dele e mais uns quatro nortistas. Então, eu fiquei por ali, sem ter outros parentes, meio triste(...) (D. Maria)

Há um silêncio que envolve grande parte dessas lembranças. Em diversos momentos aparece a importância do trabalho como caminho de acesso a conquistas mais alargadas: a compra de um terreno, a construção da casa, a compra de outras propriedades, o alcance de bens que permitam a reprodução da família de forma satisfatória e plena, a todos aglutinando. É uma representação de segurança, ancorada em patrimônio material, sobre o qual se erguerá a família.

Observamos que esse projeto é muito frequente nas camadas populares da periferia urbana. A criação de possibilidades materiais para que os filhos possam estudar e, no futuro, viverem em condições melhores do que as experimentadas pelos pais e pelas mães, no passado distante.

Nas primeiras **lembranças de Seu Waldemar** encontramos um passado envolvido por um conjunto de carências. Emerge a lembrança de uma realidade calcada na desigualdade social,

⁵Situação ainda muito comum, hoje, como divulgado seguidamente. Por exemplo: crianças, que deveriam estar na escola, permanecem aprisionadas quebrando brita ou descascando mandioca, para receber centavos.

revelando um cotidiano marcado por fragilidade política e econômica.

Brevemente, o depoente traça a trajetória de sua família no Nordeste, quando ainda criança, com irmãos, pai e mãe. Desse passo, o depoente salta rapidamente para sua chegada à cidade. Não sabemos exatamente como foi a vida da família naquele passado distante, mas desse, ficam alguns sinais e vestígios relevantes.

Meu pai alagoano, minha mãe é cearense. Então fui nascido no Ceará e criado em Alagoas. Saímos do Ceará em 1934: eu, meu irmão José e Benó, que é o mais velho, este que está comigo.⁶ Chegamos em Alagoas, e em 1938 meu pai morreu, logo que viemos do Ceará ele morreu. Aí, restou minha mãe, com cinco filhos, é, porque de 34 a 38, nasceram mais dois, aí ficaram cinco irmãos, sem pai, a mãe analfabeta, né?... E cearense. Aí, nós ficamos naquela luta. Eu como mais velho, sempre lutando por eles, e fiquei até a idade de dezesseis anos, e aí vim pra São Paulo. Em 1948 deixei a mãe lá com os irmãos e vim pra São Paulo. Aí de São Paulo vim 'praqui', pro Rio de Janeiro(...). (Seu Waldemar)

A família é sempre um elemento central no depoimento de Seu Waldemar. Do período de vida no Nordeste, preserva a amargura das condições em que viviam a mãe e os irmãos. Ainda solteiro, vem para o Rio na esperança de conseguir trabalhar e cuidar da família, aquela que deixou e, principalmente, a que aqui constituiu.

Podemos reconhecer, nessas lembranças, a busca de um espaço onde se possa conquistar um novo lugar para viver, onde a ação (o trabalho) possa ser efetivamente transformador. Na acepção de Milton Santos (1991, p.71/74), através do trabalho, podem ser criadas alternativas para a construção de novas vidas, metamorfoseando-se a trajetória individual (e familiar) pela vida e para a vida.

O depoente mergulha em lembranças que parecem lhe fazer bem. Detalhes da aquisição do lote são rememorados lentamente, como se constituíssem a argila da construção do presente.

(...) 'Vou levar você num loteamento bom, Vila dos Palmares, terreno de esquina muito bom, e você vai lá ver e tem outros lotes no centro'. Aí, eu vim com ele aqui, aí ele me mostrou, aí tinha esse lote aqui. Aí, ele me perguntou: 'Tá bom esse aqui?' Tá bom, eu gostei desse lote, cheio de 'maricato', cheio d'água, tinha taboa. Isso aqui era cheio d'água. 'Tá vendo como é isso aqui?', ele me dizia. 'Não faz mal não, eu quero isso aqui é assim mesmo.'(...) ⁷ (Seu Waldemar)

3 Trajetórias e limites no processo de fixação

3.1 Memória e cidade

Cabe refletir os elementos constitutivos do projeto de fixação na cidade. Neste sentido,

⁶Seu Waldemar é construtor e este irmão trabalha com ele nas obras que realiza.

⁷Raimundo, um corretor de imóveis de Campo Grande, levou seu Waldemar à Vila dos Palmares, "um loteamento com terrenos muito bons, grandes", onde poderia construir para toda a família. Observamos, no seu depoimento, que o terreno era um alagadiço, o que ficou comprovado com outros depoimentos. Foram necessários muitos caminhões de aterro para que pudessem caminhar de suas casas até a estrada principal. Ainda assim, todos vislumbravam um futuro promissor nessa materialidade.

autores que trataram a questão dos movimentos migratórios apontaram a vinda para a cidade como busca de alternativas para o alcance de ganhos de cidadania. (JACOBI, 1987; DURHAN, 1980).

A cidade, desde tempos remotos, tem sido o lugar de afirmação de subjetividades e projetos. É nela que são ampliadas possibilidades de vida coletiva. Em contrapartida, o campo, assim como o interior, no que tange à reprodução da vida do homem simples e pobre, restringe a realização de ações coletivas que construam sociabilidades inovadoras. Sendo assim, aos pobres resta a cidade, e nela buscar mecanismos de integração. Tais mecanismos os reterão, apesar da desigualdade, da indignidade no trabalho, da exclusão e da segregação sócio-espacial.

Milton Santos (1996) assinala a diversidade de vetores que possibilita a permanência dos pobres na cidade, ampliando a sociabilidade e ancorando entrelaçamentos no espaço banal. Eles, os pobres, têm encontrado alternativas, nos interstícios da cidade, de (re)criar sistemas de solidariedade que garantem a sua reprodução.

(...) a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir.(...) Palco de todos os capitais e todos os trabalhos, ela pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socio-espacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e vida.(...) É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro. (p.258/262)

Nas **lembranças de D. Ana Maria** há uma passagem muito tênue do passado distante para o passado mais recente em Vila dos Palmares. Essa passagem é revelada pela vinda para o Rio com os pais, pelas mudanças vividas, pelo o casamento e pela vinda para o loteamento. É revelador que o seu trabalho de rememorar sempre se volte para a luta na comunidade. D. Ana parece ter-se construído juntamente com o lugar. Nas lembranças, há uma coerência fecunda na construção da esfera da vizinhança que conduz o jogo do compartilhamento. Poderíamos dizer que essa mulher fez o lugar e que o lugar a fez.

Eu fiquei um pouco na casa de minha irmã. Você sabe né, é tudo uma questão de oportunidade. Eu morava numa casa alugada, e o marido se aposentou cedo porque ele ficou doente de tuberculose, e foi muito difícil pra mim, né?! E eu já com quatro filhos, e eu lutando, costurando, e ele no INPS. Essa minha irmã me ofereceu se eu queria fazer um barraquinho ali, porque ela não viria mesmo pra cá. E eu fiz na maior boa intenção. Fiz uma meia-água: quarto, sala, cozinha, banheiro, com laje, tudo direitinho, e, logo depois, eles me botaram na rua. (D. Ana Maria)

Nas **lembranças de D. Cleusa**, também encontramos imagens de conquistas e melhorias na mudança para o Rio de Janeiro. De seu discurso se depreende o anseio por

alternativas face ao quadro de dificuldades vividas em Minas Gerais. Mais uma vez, a passagem daquele passado distante para um passado mais recente é feita com certa avidez.

É curioso que, ao longo do depoimento, em nenhuma passagem se faça um retorno ao passado distante. O imaginário que se faz presente é aquele do futuro como lugar. O passado distante surge como se a massa do tempo por onde se lapida o presente fosse o futuro, embora, nas lembranças, esse futuro já se constitua em passado. No presente, o futuro/passado consolida-se na capacidade de construir e realizar desejos. A memória se faz elencando realidades contrastantes, inscritas em tempos distintos e construindo, nesta trajetória, um novo percurso que leva ao futuro.

(...) Aí quando chegamos aqui era só mato, não tinha essa padaria, inaugurou depois que chegamos aqui. Mudei dia primeiro de janeiro e a padaria inaugurou em setembro, olha quanto tempo! Isso aqui era tudo mato, muito esquisito. O dia que eu mudei pra cá, eu chorei tanto. Eu falei: ‘Eu não vou ficar nesse mato não’. Isso era mato puro, aqui atrás, no outro lado, não tinha um morador, do outro também não. Ah, eu fiquei sozinha, essa casa não tinha laje, isso aqui era tudo de tábuas. Meu marido nessa época trabalhava na Oriental. Ele saía três horas da manhã pra trabalhar. Eu não dormia mais não, eu tinha medo, mas graças a Deus nunca aconteceu nada. (pausa) Eu tive pavor. (D. Cleusa)

3.2 Vivência da precariedade e construção do futuro

A partir dessas lembranças, constatamos o quanto é comum ao pobre a procura por um lugar que garanta o “sossego”, ou seja, a garantia da vida futura. Já amplamente demonstradas em estudos sobre movimentos sociais (DURHAN, 1980; JACOBI, 1982/1985/1987; SILVA, 1983), as questões que mobilizam as classes populares estão inscritas na esfera da vida cotidiana. Nessa esfera da vida, os sujeitos sociais constroem seus ideários de reprodução social, isto é, de constituição da família, com provisão e manutenção de outras gerações, partilhamentos comunitários, vida cultural e religiosa. Há que se reconhecer que a concretização desse projeto ancora-se no acesso à moradia. Portanto, a ideia de “sossego” implica esta condição.

Emergem das memórias processos sociais fundados na necessidade de morar, garantindo assim uma situação de permanência, ou seja, a certeza da propriedade da terra se constituía em fundamento da construção coletiva do lugar. Neste sentido, o acesso à terra urbana aparece como princípio constituidor do sujeito, decisivo para a formação de um sentimento coletivo de segurança e permanência.

Na construção do imaginário, a memória trabalha elucidando processos marcados pela precariedade do passado-distante e pela espoliação⁸ no passado-recente, uma vez que se vive uma realidade de total ausência de infraestrutura e periferização. Emerge um esforço que trabalha a

⁸A respeito ver Kowarick, 1982, p. 34.

memória na revelação do passado pelo reconhecimento das mudanças no presente. O lugar que se construiu e que hoje é partilhado.

Lembro que pra gente chegar até na esquina a gente botava um saco no pé. Chegando na esquina, tirava pra seguir caminho. Não tinha nada, não tinha condução. Isto aqui era muito abandonado; era horrível. Hoje isto aqui é uma maravilha, em vista do passado. (D. Ana Maria)

Tínhamos uma perspectiva de que íamos melhorar o lugar, porque asfalto só na Estrada do Campinho. Tinha somente duas linhas de ônibus pra Campo Grande, então quer dizer, não tinha asfalto, não tinha luz nas ruas... Alí o pessoal vinha com sacos plásticos até o joelho pra descer as ruas. Quando chegava no asfalto tinha que tirar aquele saco plástico pra jogar fóra e botar o calçado. Às vezes, tinha até que trazer água pra lavar os pés de tanta lama que era isso aqui quando chovia. E a escuridão...! Era mato puro daquele lado alí. Já tinha casas do lado direito, o mais era tudo mato, um matagal terrível, era muito difícil. (pausa) Mas todos tinham uma expectativa de melhora, por isso eles se uniram(...) (D. Cleusa)

A maior parte do pessoal que comprou isso aqui sempre procurou melhorar, porque sabe que isso aqui é uma coisa pra sempre. Por que você sabe como é o pobre! E quando consegue um terreninho, ele segura com unhas e dentes. Então, só algumas pessoas se mudaram, porque os moradores aqui são permanentes, desde que eu vim pra cá(...). Foram construindo. Hoje estão construindo para os filhos. (D. Ana Maria)

O desejo de permanência, compartilhado pela maioria das pessoas que compraram lotes em Vila dos Palmares, revela-se como elemento fundamental à explicação do nível atingido pela organização comunitária. Do imaginário emergem forças ampliadoras de identidades e cimentadoras da solidariedade, condições elementares para a articulação entre carências individuais.

Havia um sentimento de solidariedade entre nós que fazia com que a gente socorresse sempre o outro quando tivesse precisando, tivesse doente... mas era uma coisa só entre nós. Não tinha nada de ter presidente, de ter alguém cabeça. Sabe como é que é? (Seu Waldemar)

3.3 A mulher em defesa do lugar

Colhemos basicamente histórias de mulheres, é verdade. Não por nossa prévia determinação e, sim, porque o objeto investigado assim sinalizou. Seguindo esta sinalização, encontramos memórias de mulheres que se fizeram trabalhando e que hoje trabalham ao construir memórias,⁹ num processo singular de amalgamento de seus desejos, alguns alcançados, outros ainda preservados em projetos. Nessas memórias, manifesta-se a formação de redes sociais de resistência no território e de conquista do lugar.

A construção da família, da casa e do lugar está no centro dos processos por elas vividos, principalmente o fortalecimento de elos em direção ao futuro. Constituem-se em mulheres envolvidas e investidas na luta pela felicidade dos filhos. No passado, lutaram para garantir a casa

⁹Ecléa Bosi nos mostra, com rara beleza e poesia, essa trajetória revivida por velhos em sua obra Memória de Velhos.

como o espaço de proteção da família. De suas memórias, emerge um imaginário que transcende o tempo da necessidade, alcançando a plenitude do futuro.

Todos na família se interessavam por isto. Muitas coisas que eles queriam, eu não podia dar. Por quê? Porque eu queria adquirir esse terreno. Então meus filhos foram criados assim, com muito sacrifício, tanto pro estudo e, até eles se formarem, porque não tinham condições, e todos eles se conformavam porque sabiam que a gente tava lutando por uma coisa que era o futuro pra eles também. Então aceitavam bem. Meu esposo também trabalhava, embora doente, fazendo um biscate, fazia outro, pra poder ajudar, porque não dava, você pagar um terreno, comprar material e, às vezes... Nem sempre todo mundo era grátis¹⁰, às vezes você tinha que pagar um pedreiro, então todos nós trabalhamos em luta. (D. Ana Maria)

Grande parte das conquistas da família emana da determinação da mulher em acreditar que é possível um amanhã diferente. Nesse sentido, os depoentes relembram a fibra da mulher na construção de condições indispensáveis à fixação no lugar, na construção da casa, na resistência às condições de precariedade e ilegalidade do local. As múltiplas faces do trabalho feminino revelam arenas onde foram construídos embates e sinergias.

(...) Costurava muito pra fora. Eu apanhava a costura lá ‘embaixo’¹¹, na fábrica. Então nem motor eu tinha, era no pedal mesmo. Minhas filhas, bem pequenas, trepavam em banquinhos pra ajudar, lavando a louça. E corre daqui, e faz uma comida e corre e levo na escola, e tô na máquina, e era a noite inteira. Botava uma garrafa de café do lado e eu costurando pra poder entregar, pra poder pegar o dinheiro pra pagar isto e aquilo, e graças a Deus eu consegui. Costurei direto durante os sete anos. Por isso que hoje em dia eu já uso óculos, arrebentei com a coluna porque pegava muito peso: material de obra, costura, máquina e isto e aquilo, acabei com minha saúde, mas estou satisfeita, porque eu consegui o que queria. Eu morrendo, tem aí a minha casinha que fica pros filhos. Meu ideal era esse; eu consegui esta casinha e o documento, porque o meu maior medo era esse, chegar alguém aqui e me tomar. Então, foi onde eu muito briguei. Eu ia lá pra ‘baixo’, às vezes a gente chegava aqui era uma hora da manhã, tava meu marido lá na esquina, meu vizinho também, esperando a esposa dele. A gente assistia às reuniões lá com o Dr. Baldez pra conseguir os nossos direitos. A Dra. Flora também ajudou a brigar pela gente lá na justiça, graças a Deus conseguimos. (D. Ana Maria)

As representações, que nutrem o imaginário popular, relativas às ações sociais de compartilhamento e luta pela construção do lugar tem a mulher como elemento central, seja na casa educando e cuidando dos filhos, seja no bairro enfrentando as dificuldades do cotidiano de escassez e abandono, seja na região apoiando outras famílias que corriam risco de despejo pela ação de grileiros e pela ausência de um Estado alheio às classes populares, ou ainda, na esfera jurídica-política, enfrentando competição indigna com outras comunidades que viviam o mesmo drama. Trata-se de interfaces reveladoras do trabalho da mulher naqueles

¹⁰Refere-se a processos de mutirão, ocasião em que alguns moradores ajudavam outros na construção de parte de suas casas. Esta prática ainda é muito comum, especialmente na parte do alicerce e da laje.

¹¹É comum, na Zona Oeste, referir-nos ao centro da cidade e proximidades dessa forma.

processos/momentos/lugares que emergem do exercício da memória.

Havia muita diferença, as mulheres eram mais unidas. As mulheres estavam sempre prontas a ir a qualquer lugar. Os homens podiam estar desempregados em casa, mas diziam que não podiam. Acho que era medo, eu acho que as mulheres nesse ponto, eu acho que elas são mais corajosas. Eles não gostam que digam isso não, mas eu acho. E isto era em todos os bairros, todos os movimentos, parece brincadeira. Você pode até fazer um levantamento pra ver se eu estou mentindo, a maior parte da associação de moradores era tudo presidente as mulheres, porque o homem nunca podia ser. Elas tinham essa coisa assim de garra, de maneira de falar claramente, inclusive essa D. Neusa. Precisava ver como ela discutia com o administrador regional. (D. Cléa)

Encontramos nas lembranças da organização comunitária, relativas ao embate na vida cotidiana e ao enfrentamento na arena político-institucional, a presença da mulher que, rompendo limites, avança na construção de um mundo onde um número cada vez maior de pessoas possa estar incluído. Com relação a este aspecto, vale a pena citar, mais uma vez, Ecléa Bosi, (1979, p. 39). *Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da Humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos (...)*

4 Percepção da passagem do loteamento ao lugar

4.1 Violência e segurança

O anseio por *segurança no lugar* afirma-se, nos depoimentos, em situações marcadas pela *violência*, onde subjazem a omissão do Estado e os custos sociais dessa omissão para os moradores de Vila dos Palmares. Com o enfrentamento de questões imediatas, contestam a impunidade do loteador, revelando, assim, os limites da administração pública. A percepção da vulnerabilidade é recorrente nas memórias aqui recuperadas.

Os depoimentos revelam situações de embate entre moradores e técnicos da Prefeitura no processo de organização comunitária, quando era procurado o atendimento pela administração pública para obras básicas de infraestrutura. Nestas ocasiões, eram os moradores ignorados em suas reivindicações e, muitas vezes, responsabilizados por se encontrarem em situação de irregularidade.

Momentos de enfrentamento com a administração pública são rememorados por todos os depoentes como expressivos da organização comunitária, sobretudo, como momentos de desgaste, uma vez que, em parte significativa das assembleias da Associação,¹² as mesmas questões eram seguidamente pautadas: ensaibramento das ruas, água, esgoto e iluminação pública. Nesse contexto, é lembrada com orgulho a firmeza de uma líder da comunidade que, em busca de solução para as carências dos moradores, enfrentava o descaso do poder público.

¹² Conferir anexo com quadros do período de funcionamento da AMOVIP.

(...) precisava ver como ela discutia com o administrador regional. Ela ia lá levar o nosso projeto, as nossas necessidades, sempre ia um grupo. E daí eles diziam: ‘Ah, mas D. Neusa, antes de vocês comprarem vocês tinham que ver o loteador.’ Ela dizia: ‘Nós vimos o loteador, nós vimos o loteamento, lá no papel, tinha mapa, tinha tudo organizado. Agora, faltava é vocês mandarem o fiscal pra fiscalizar, porque isso aí já não era com a gente, isso aí era o loteador e vocês.’ Mas a nossa prefeitura é muito corrompida. Hoje no poder público há muita corrupção. Olha, ela falava tudo isso, eu adorava o jeito que ela falava. (D. Cléa)

Os depoentes relembram situações em que – acuados pelo loteador que tentava revender seus lotes – eram intimidados e, no limite, sofriam violência física.¹³

A intimidação se intensifica quando, além da falta de urbanização do loteamento – uma vez que muitas famílias haviam ali se fixado há tempo¹⁴ e nada havia sido feito quanto à infraestrutura – enfrentam o poder do loteador-grileiro que, espalhando o terror na comunidade, pretende (re)vender os lotes para os mesmos moradores ou expulsá-los, realizando a venda a outros, como revela o depoimento de seu Waldemar .

Em 64 comprei esse lote, fiz a casa e mudei pra cá. E aí já me vem a luta né. Me vem esse tal de Rafael¹⁵, dizendo que era dono do negócio, que tinha comprado as ações do terreno, e que era dono agora e começou aquela guerra, aquela coisa. Foi terrível, houve até morte. Foi até o Padre Rafael que nos ajudou, nos deu cobertura.(pausa) Ah, essa história... Olha, quando aconteceu a morte, eu ainda não estava na associação, mas já estava sabendo dos processos, dos acontecimentos. Até casa eles desmancharam¹⁶. Aquela casa, onde é a ‘Laje Cristina’, era uma meia água do falecido José, que mataram. Desmancharam aquela meia-água; era uma meia água boa. A mulher dele foi aí pra fora, pra Vitória, ou pra Campos, carregou as duas crianças, até hoje ninguém sabe o resultado... a ‘Laje Cristina’ está lá.. E ele foi morto, né? Foi morto lá na variante, lá na Rio-Santos, em Guaratiba. Foram lá fazer o levantamento, o falecido José Simeão, pra ver o ocorrido, mas só pra dar aquele comprovante. Mas foi realidade mesmo, foi morto, e uma morte trágica, foi terrível aquilo ali.

¹³Cabe mencionar que há uma memória sobre violência em relação à propriedade da terra na Zona Oeste, ainda intocada. No trabalho de campo que realizamos antes de nos definirmos pelo universo de Vila dos Palmares, tivemos a oportunidade de ouvir alguns mediadores dos movimentos, lideranças comunitárias do período (anos 70 e 80) sobre lugares que se constituíram pela organização e luta contra a grilagem de terras e a força dos poderosos. Pudemos constatar a riqueza de informações e acreditamos que, através da história oral, seria possível realizar um resgate valioso dessa face dos movimentos sociais.

¹⁴Seu Waldemar e D. Maria compraram o lote em 1964; D. Cléa com o marido falecido, seu Semeão, foi morar no loteamento em 1972 (não sabe precisar a data, mas conta que o terreno já estava quitado quando lá foram morar). D. Ana Maria foi para o loteamento no final da década de 60 ocupando o terreno de uma irmã. Mais tarde, comprou o seu próprio terreno. Por fim, D. Cleusa adquiriu o terreno já com uma “meia-água”, no início dos anos 70, onde se fixou com a família.

¹⁵Rafael Archângelo de Queiroz, segundo diversos depoimentos, aparece no loteamento já nos últimos anos da década de 70, possivelmente a partir de 76/77, pressionando os moradores para que deixassem os terrenos ou os comprassem novamente. É possível reconhecer nesse processo uma forma de grilagem.

¹⁶A casa a que se refere foi a casa de seu José. Este morador teve parte de sua casa, parece que uma extensão, destruída por duas ou três vezes consecutivas, como forma de coação para que fizesse o jogo do grileiro. Como já apareceu em outros depoimentos e consta em registro na Secretaria de Segurança Pública, este morador foi morto em fevereiro de 1980.

(Seu Waldemar)

A face do terror e, sobretudo, a do enfrentamento podem ser percebidas pela forma como os depoentes rememoram situações de embate com o poder e a violência. Fica nítido, nos depoimentos, que o projeto de permanência envolvia os moradores, instaurando um processo de resistência familiar e coletiva.

Uma vez esse Rafael teve na minha casa e disse para o meu garoto de dez anos: 'Hoje você vai receber um presente, vai receber teu pai morto na mala de um carro.' Aí eu fui saber: 'Ô Rafael, porque isso?' Ele disse: 'Quem compra mal paga duas vezes.' Não, nós não compramos mal não; nós pagamos até muito. Nós compramos nosso terreno por sete mil. Na época era dinheiro à beça. (D. Cléa).

Cabe ressaltar que o eixo do enfrentamento localiza-se na necessidade da permanência e na configuração abrangente do ideário que a sustenta: primeiro, o território conquistado através do esforço dos membros da família; segundo, o espaço construído a partir da solidariedade entre moradores e, por fim, o lugar como garantia do futuro. O fortalecimento da luta se enraíza na situação de insegurança que aproxima, de forma impositiva, o futuro do presente.

No trabalho da memória, esses elos reformadores da ação aparecem plenamente revelados.

Aí a Laura, que vendia esses terrenos... quando é um belo dia, ela chegou com três homens. Ela chamou: 'D. Maria, chegue aqui por favor.' Cheguei lá e ela disse: 'Eu estou aqui pra repartir esse terreno.' Eu digo: 'Olha, minha filha, tu não vai me levar à mal não, mas só depois que você passar por cima de mim você vai partir ele, tá.. 'Não, D. Maria, eu tenho que partir ele porque esses rapazes querem comprar.' Eu digo: 'Você pode vender pra outro lugar, foi 800 m2 que nós compramos, então é 800 m2 que está no recibo.' -'Ah, e a senhora sabe...' Digo: 'Sei, eu não sei ler minha filha, mas ninguém me leva. 'Ah, porque esses rapazes queriam comprar. Aí eu parto aqui e a senhora fica pra lá.' Eu digo; 'Não, não nada disso, e você não vai partir nada. Se você tentar partir agora eu vou chamar a polícia pra você. É isso mesmo que eu estou falando. Meu marido não está aqui não, mas eu estou. E se ele estivesse aqui o negócio ia engrossar, não ia ficar assim não.' 'Ah, a senhora sabe, eu já dei a minha palavra aos homens.' 'Você pode ter dado a sua palavra, mas o que está no recibo é isso aí, 800 m2. Vai procurar outro por aí.' Sabe o que foi que ela fez? Eu vi! Esse terreno em frente ao meu, é do tamanho do meu, ela foi lá, partiu e vendeu. A dona ainda não morava aí, quando voltou pra fazer a casa, tava só a tira. Ainda hoje continua só assim, ela fez a casa, mas continua assim. E então, se eu amoleço pescoço, ela tinha tirado o meu, mas eu não deixei.' (pausa) Quando é um dia chega o Rafael aqui, dizendo que era dono do terreno. Já estava murado. Aí ele chegou aí todo de terno. Eu fui lá e perguntei: 'O que é que o Sr. quer?' 'Eu quero conversar aí com a senhora, ou com o esposo da senhora.' Eu digo: 'Senta aí.' (Naquele tempo eu não tinha sofá, eram só umas cadeiras velhas) Aí ele sentou e disse: -'É dona, eu vou dizer a senhora que esses terrenos eu vou tomar de todo mundo.' Eu digo: -'É mesmo.' (Mas eu não me aflijo com nada, toda a vida fui assim e vou morrer assim). Daí ele disse: -Eu vou tomar os terrenos, porque a senhora sabe que quem vendeu esses terrenos não era dono.' Eu deixei ele falar, ele falou, falou, quando ele acabou de falar eu disse a ele: 'Olha, como é o seu nome?' 'É Rafael.' 'Olha,

seu Rafael, o Sr. pode tomar terreno aí de todo mundo, mas esse aqui o sangue vai nadar, porque o Sr não tá lidando com cachorro não, o Sr. tá lidando com gente! Aí ele arregalou o olho pro meu lado, e eu disse: ‘Pode olhar, a minha palavra é essa, se meu marido faltar hoje, eu assumo o lugar dele.’ ‘Mas porque a senhora tá falando isso?’ Eu digo: ‘Eu não sei, o Sr. é quem sabe.’ Aí ele disse: ‘Eu vou-me embora.’ Eu digo: ‘Vai com Deus.’(D. Maria José)

Assim, todos os depoimentos revelam um sentimento de ameaça à ansiada estabilização do cotidiano. Com a chegada do loteador, o foco da organização comunitária desloca-se do tempo-presente da infraestrutura¹⁷, ou seja, do nível de carência imediata, instalando-se num outro nível¹⁸, o do tempo-futuro, onde se deseja o “sossego”. Como alcançá-lo, se a continuidade da vida cotidiana segue ameaçada?

Revela-se uma ameaça ao futuro, uma vez que o amanhã pode não ser o futuro, pois a ordem imposta pode reproduzir o ontem e o hoje, não permitindo a chegada do amanhã, prolongando situações e restaurando perigos que precisam ser ultrapassados.¹⁹

Naquela época, havia ainda uma intranquilidade, porque estava tudo aberto, não tinha um documento que eu posso ... Não! Isto é meu, ninguém me tira, ninguém me toma! Que o meu medo era esse: chegar alguém e dizer que tem que sair. Pra onde a gente ia? Eu, meus filhos, meu marido? Eu saindo pra onde eu ia com os filhos? Ganhando pouco, e a gente sabe o que é ganhar pouco. Hoje eu ainda tenho um emprego, mas naquela época eu costurava, minha filha. Costurava em cima de uma máquina dia e noite pra poder pagar aquela prestaçãozinha direitinho. Porque graças a Deus, eu paguei, não fiquei devendo um tostão à Companhia. E, no fim, o homem dizer que ia me tomar aquilo. É essa tranquilidade, o sossego que você quer ter, não é só pra você; é pra você, pros seus netos. Teve companheiro nosso que morreu e não viu isto ser resolvido. Então, qual era a minha tranquilidade? Era eu saber: eu morro hoje, mas ninguém tira isso dos meus filhos, porque se eu me sacrifiquei foi pra eles. (D. Ana Maria)

A memória (re)construída revela verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”²⁰, atribuindo aos acontecimentos uma qualidade de permanência, constituída por ideários guardados em lembranças. Nossos depoentes reconstituem configurações espaço-temporais e, delas, parece emergir o que procuramos, uma *representação de cidade*.

Acreditamos que esta representação se constrói em articulação com a temporalidade da construção dos próprios sujeitos. No passado-distante, encontramos a angústia pelas carências do

¹⁷Cabe mencionar que vários membros da comunidade, desde o início da década de 70, vêm se organizando em mutirões pra realizarem obras como colocação de manilhas, ligação de água, sempre clandestinamente, uma vez que a CEDAE não realizava as obras já que o loteamento era clandestino. Enfim, instala-se um cenário marcado pelo enraizamento social da clandestinidade e da insegurança no loteamento

¹⁸Neste movimento analítico, entendemos esses níveis como eventos distintos que ora se aproximam, ora se afastam, podendo (re)criar situações do passado no futuro ou presentificar o futuro ideado.

¹⁹No Seminário “Espaço e Tempo: Inovações Tecnológicas na Vida Metropolitana”, realizado no IAB/RJ, em junho de 1996, Milton Santos salientava o risco da perpetuação do presente, provocando-nos a reflexão desse aspecto no movimento analítico e, sobretudo, mundano. Caracterizava o futuro como “*uma combinação inusitada que rompe com as rotinas, supera as estruturas geladas, fazendo que que o homem descubra o novo.*”

²⁰Cf. Bosi. op. cit. p. 24-29.

lugar de origem, no passado-recente, a indignação pelas dificuldades em ultrapassar carências que supunham não (re)encontrar na cidade. Desse tempo-vida emerge o movimento.

Quando diziam assim: ‘Rafael está no loteamento’, todo mundo corria. Todo mundo sabia quando o carro dele tava no loteamento, todo mundo se escondia. Ele era assim, um escuro bem forte. Quando diziam que o carro dele estava no loteamento, todo mundo se escondia, todo mundo tinha medo dele. Uma vez, lá no Bairro Iracema²¹, eles armaram pra dar despejo lá. Nós fomos pra lá, fizemos plantão lá pra não deixar despejar o pessoal, porque eles queriam passar com a máquina, derrubar a casa. E ele estava sempre por trás de tudo isso. Fizemos um cordão pra impedir que derrubassem a casa. Eu, D. Cléa, D. Neusa. A gente ia pra lá com as crianças pra não deixar, porque eles viam o povo com as crianças... A gente se revezava. Levava água pro outro, fazendo plantão, até que chegou a justiça, veio a Dra. Flora, veio reportagem pra poder embargar a derrubada das casas. (D. Ana Maria)

4.2 Família, casa e lugar

Reconstruindo os fios que teciam o movimento, D. Ana Maria rememora iniciativas individuais, familiares e coletivas configuradoras da resistência no (e pelo) lugar. Emergiam do interior da família, ou seja, da participação da mulher, que deixava sua casa, levando seus filhos. Com o apoio do marido, construía-se o sentido de solidariedade no enfrentamento de um caso que não era o seu – era um caso de despejo num outro bairro, atingindo uma outra família – mas, que se refletia no espelho do tempo como seu. Esse perfil de família será determinante na constituição do bairro e do movimento, fundando sentidos do lugar; um lugar de conquistas para todos.

Assim, a solidariedade, presente em toda a trajetória de formação da comunidade, constitui a identidade coletiva compartilhada por sujeitos envolvidos na hierarquização e na organização das carências²², como revelam os depoimentos.

(...) sei que nós fizemos isso aqui a sábado e domingo e feriado, e dia de semana, era dia de trabalho, dia de biscate, e foi assim que arrumou dinheiro pra fazer isso aqui. Mas, foi a família toda unida e é por isso que nós estamos todos unidos. (pausa) E qualquer coisa nós estamos aí. (...) Aí que se vê como isso aqui é um bairro sadio, isso aqui tudo é família, tudo agarrado. Trabalham sábado e domingo, com muito sacrifício. Como D. Anita e a família dela, o falecido Seu Sebastião. Era sempre sábado e domingo, um ajudava o outro, fazia mutirão. Fazia esgoto, cavava vala, limpava, fazia isso tudo, capinava essa rua, a gente era muito unido aqui, sempre fomos muito unidos. As crianças já vinham juntas e participaram disso com a gente, por isso a maioria está aqui. Eu fui um vitorioso, que já venho lutando de muito tempo e ainda tenho um barraco pra morar. Morei lá durante um tempo, mas sem conforto passei pra cá. Mas muita gente, veio pra cá porque tinha necessidade, pagava aluguel. Então a gente se compadecia de ajudar, fazia o esgoto de

²¹Outro loteamento irregular bem próximo a Vila dos Palmares, que passava pelas mesmas questões. Segundo essa depoente, o loteador era o mesmo.

²²Sobre essa noção de carências ver Paoli, 1988-64. “Assim, se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários à sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade.”

quem não tinha, ligava uma água, clandestina mesmo(...). (Seu Waldemar)

O depoente resgata processos na intensidade com os quais viveu, demonstrando como eram concebidas as relações entre família, bairro e lugar; compartilhando a sua vivência com a mulher. Não poderia mesmo ser de outra forma, trabalharam juntos para construir cada palmo de vida; lapidando lugares, projetando ações, passo a passo. Hoje, quando lembram, o trabalho da memória vem também em parceria.

Refletindo lembranças da construção do lugar e da vida cotidiana, a partir da orientação teórica de Milton Santos, para a análise do espaço – que valoriza a intencionalidade²³ da ação em contato com os objetos do mundo – constatamos um profundo apego por um lugar presentificado como desejo na consciência de cada um de nossos/as depoentes.

Existiam envolvimento pessoais criadores da percepção coletiva, numa teia de intenções que abarcava desde a constatação das carências até a emergência de elementos políticos e sociais, configuradores de uma nova experiência social. Constroem-se como práticas políticas compartilhadas.

Uma depoente relata que, logo no início da ocupação do loteamento, nos primeiros anos da década de 70, as pessoas “pouco se davam”, cada um vivendo a sua própria vida, importando-se muito pouco uns com outros.²⁴ Revela, ainda, que a união surge da necessidade de criação de estratégias para o enfrentamento da situação de abandono e descaso do poder público.

(...) foi na época da fundação da associação, porque antes um tinha medo do outro. Só era bom dia e boa tarde, mas depois com o elo da Associação foi que passou um a querer saber do outro, e como é que deviam fazer certas coisas.”
(...) Ele chamou meu marido, ele que teve a iniciativa: ‘Seu José, vamos formar um tipo de associação²⁵, pra fazer alguma coisa, porque, pôxa, o meu menino acaba de tomar banho, daí há pouco vai brincar na rua e volta todo sujo de vala.’ Então nós fizemos um sacrifício e compramos as manilhas, cada um comprava de sua porta. Aí começou a criar uma união entre as pessoas(...) e assim foi feito, uma espécie de mutirão, um ajudando o outro. (pausa) Assim as pessoas foram se tornando mais solidárias.(D. Cléa)

Havia outro patamar de solidariedade que se alargava além da vizinhança, articulando outros contextos. A partir de atitudes políticas compartilhadas, é construído um tecido social que

²³Ver Milton Santos (1996) “(...)A intencionalidade transforma a distinção, a separação, a contradição, em uma insuperável tensão entre o objeto e o sujeito. (...) Mas a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção de coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.” (pp.72-86)

²⁴Nesse período, havia poucos moradores, sendo as casas distantes umas das outras, o que, a nosso ver, dificultava a interação. Com o tempo, os moradores começam a perceber que a sua necessidade era também a do seu vizinho.

²⁵A depoente se refere ao início da organização comunitária para resolver os graves problemas do loteamento. Alguns anos depois, com a violência do loteador, a partir de 1978, começam as discussões para a formação da Associação de Bairro, com apoio do Padre Rafael.

garante a preservação do imaginário social, onde a solidariedade e a generosidade continuam sendo a espinha dorsal.

Configura-se, assim, um quadro de ações coletivas que imprime mudanças nas formas de enfrentamento das carências, que vão desde a luta por melhorias materiais na paisagem, transformando-a em espaço do homem na vida cotidiana²⁶, passando por mediações construídas ao longo de entrelaçamentos institucionais, através de redes de relações familiares e religiosas, até incluir a ampliação da participação através da política institucionalizada como, por exemplo, através da FAMERJ.²⁷

4.3 Insegurança e organização popular

Enquanto o anseio por *segurança* orientava representações sociais compartilhadas na situação de *violência* vivida (que emerge do enfrentamento do poder exercido pelo loteador), a percepção da *insegurança* refletia a ausência de proteção jurídica, essencial ao usufruto de direito.

Observamos que esse complexo de sentimentos/lembranças revela-se de forma fragmentada no discurso dos depoentes, ou melhor, a forma como é lembrado – interrompido por silêncios e ausências – revela representações de justiça fundadas na percepção da prepotência, quando afirmada diante dos pobres. O que lhes resta? Aguardar, acreditar e uma lembrança rarefeita de sonhos perdidos.

Eram donos? Só pegar o que era nosso! E nós compramos, pagamos, com boa fé. (pausa) Aí vem a Dra. Flora, nossa advogada. Ah, foi muita gente importante a nos ajudar. Veio o Dr. Benedito, que era o nosso juiz, que ia dar a escritura. (silêncio) Não chegou a dar porque... também não sei o que aconteceu, né... e desaparece processo no Fórum, e assim, nós ficamos nessa agonia, mas conseguimos alguma coisa.(pausa) Pelo menos estamos quietos no que é nosso.(Lembranças de Seu Waldemar)

A forma como as lembranças emergem revela uma organização coletiva que se articula segundo patamares de luta. O primeiro momento, marcado pela necessidade de fixação, desencadeia um conjunto de reivindicações, relativas ao acesso a objetos indispensáveis a um espaço de viver²⁸. Naquele momento, moradores/as foram ameaçados/as por resistirem, organizarem-se e denunciarem a violência sofrida. Já num segundo momento, expressando a situação social marcada por clandestinidade, irregularidade e ilegalidade, funda-se um processo de organização que visa proteger a coletividade de decisões a que não têm acesso:

Eram os grileiros que estavam começando a chegar aqui, a querer revender o terreno. Inclusive o próprio proprietário que vendeu o terreno pra gente, tava

²⁶Consultar Milton Santos. Metamorfose do espaço habitado. Hucitec.

²⁷Cf De Grázia, op cit.

²⁸Cf. Santos 1991, 61-75.

querendo que a gente pagasse uma dívida no INSS. Queria que a gente pagasse a dívida do Rafael, porque diz que ele pegava o dinheiro e não pagava conta que ele tinha lá. Aí veio esse Altamiro querendo dinheiro, aí eu disse: ‘Nada disso. Quem me garante que você vai levar o dinheiro e vai pagar, não vai fazer igual o outro cidadão fez. Se você trouxer toda a papelada, direitinha aqui, cada dia um vai lá pagar, mas dar na sua mão, não!’” A gente sua a camisa pra ganhar dinheiro, como é que a gente vai dar de mão beijada assim. Aí começamos a ter consciência, a ver a manipulação na mão dessas pessoas, dos sabidos (pausa) (Lembranças de D. Cléa)

Naquele período, diversos loteamentos na Zona Oeste foram atingidos por práticas similares de intimidação, uma vez que elementos duvidosos dominavam o capital imobiliário que mercantilizou a terra na região²⁹, como a Companhia Palmares da Guanabara ou do Distrito Federal espalhando o terror na população pobre e desprotegida.

(...) uma vez, no Bairro Iracema, ia acontecer um despejo, aí passamos a noite todinha lá, as mulheres, sempre as mulheres, de mãos dadas ali. Quando chegou um carro da polícia (pausa) diziam que era da polícia, mas acho que nem era da polícia, e chegou a turma do grileiro. Aí fomos avançando e avançando, e nesta época eu estava grávida dos meus gêmeos. Depois que eu contei teve gente que disse: ‘A senhora é doida D. Cléa.’ Eu digo: ‘Não, é matar ou morrer pelo que é nosso, pelo nosso irmão, porque o que falta no nosso mundo é isso, é união.’ O mal do povo é que ele teme o sacrifício, se a gente não entrar em sacrifício a gente não consegue nada. Por isso que o Brasil está de mal à pior por causa disso. Você viu ontem lá o confronto lá na Cidade³⁰. Tem que fazer isso mesmo, senão vai vender tudo, vai acabar com tudo e o nosso Brasil vai ficar reduzido a nada. (Lembranças de D. Cléa)

Este perfil de atuação violenta e obscura³¹, vinculado a uma realidade marcada pela precariedade e pelo abandono, consolida, no imaginário popular, uma determinação para a luta que se traduz na construção coletiva do lugar. Trata-se de práticas sociais em que os sujeitos se unem num cenário de participação claramente delineado pela conquista do futuro.

A depoente revela um trabalho da memória que resgata ações do passado, desenvolvidas em escala local, e as projeta no presente numa escala ampliada, reivindicando mudanças através de crítica contundente à conjuntura política nacional. Esse exercício demonstra o enraizamento de uma consciência política construída no lugar³², mas que guarda uma dimensão da insatisfação coletiva; constituindo, portanto, uma cultura política que permite transcender lugares e tempos.

Rememorando o processo de organização comunitária, a depoente conduz suas lembranças para uma trajetória marcada pelo inconformismo com a situação que sujeita o

²⁹Ver Tese de Mestrado de Luciana Lago, 1990.

³⁰Referência à manifestação de repúdio ao leilão da Telebrás, realizado em 1998.

³¹ Relembrem que, em alguns casos, não sabiam se era a polícia ou os “homens do Rafael”.

³²“A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e ali obter a continuidade através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e seu meio, mas seu alcance é o mundo.” (Santos. 1996, p. 262)

homem comum, simples e pobre, que, enquanto tal, não consegue se fazer ouvir. Assim, do trabalho da memória emergem situações eivadas de lamentos e decepções.

(...) foi a nossa união. Começamos a nos unir, aí veio o levantamento pra gente fazer o registro da associação, porque eles³³ mesmo falavam que a associação que não era registrada, não era organizada. Aí a gente, graças à FAMERJ, ao CUB, a esse pessoal que veio aqui orientar, veio dar apoio. Porque antes meu marido ia na Prefeitura tentar botar luz, água e não conseguia, porque eles diziam que isso aqui era ilegal, não era regularizado em lugar nenhum, era loteamento irregular. Aí a gente se sentia perdido, porque já pensou você pagar, quitar tudo e depois receber uma resposta dessa, que não podia fazer nada, tinha que viver como se tivesse roubado? E até hoje tem lugar que a gente chega e eles dizem que nosso bairro é clandestino, que não vamos ter escritura, vamos ter certidão de posse. Olha aí, nós estamos como posseiro! E pagamos pela escritura, porque foi ‘cinco e quinhentos’, nós pagamos ‘sete’, porque o cidadão falou que era o desembaraço todo lá na Prefeitura. Aí, a gente pra não perder, teve que pagar. (pausa) Porque o que a gente mais queria era a legalização. (Lembranças de D. Cléa)

Nossos depoentes relataram um processo de insegurança crescente, que levou os moradores a se organizarem no sentido de garantir a sua permanência no lugar. Como se percebe, a ordem e a legalidade habitam o imaginário das classes populares, revelando um projeto de construção da vida pautado naqueles princípios, embora isto signifique postergar a superação de carências imediatas. Diante do risco de tudo perder, hierarquizam carências.

As classes populares, envolvidas por uma trama de incompletudes e descaso, são expostas a um contexto demarcado pela insegurança, emanado da esfera política e institucional. Face aos limites do presente, resta aos depoentes o passado, quando o grileiro tomava a terra e expulsava famílias, quando não as eliminava³⁴. Ou resta-lhes o futuro, num processo de organização popular que possibilite, um dia, o compartilhamento real da ordem e da legalidade.

As experiências acumuladas no(e pelo) lugar correspondem a estratégias de luta que vão do cotidiano, marcado pelos embates com o grileiro, à organização da Associação de Bairro em 1979³⁵, em que já se cristalizam mediações da Igreja Católica, e, um pouco mais tarde, da FAMERJ. Essas experiências envolvem, ainda, denúncias na mídia, através do programa diário, “O Povo na TV”³⁶, abrindo mais um espaço de enfrentamento, e, por fim, a busca da esfera do

³³ Este eles referem-se ao poder público que, segundo alguns depoentes, por diversas vezes se negou atendê-los, argumentando que não tinham associação registrada.

³⁴ A memória dos movimentos de posseiros na região de Guaratiba, onde Hélio Luz atuou como mediador guarda processos marcados por violência sumária.

³⁵ No dia 09/05/79, foi veiculado um documento pela comunidade convocando os moradores a participarem de uma reunião no dia 19/05/79 a fim de discutirem sobre a necessidade da formação da Associação (documento em anexo).

³⁶ Não cabe nos objetivos e contornos deste trabalho avaliar a qualidade do referido programa, tampouco os comprometimentos que, porventura, pudesse ter.

Estado, na tentativa de legalização do loteamento, como já referido na seção anterior.

Nessa trajetória, os/as moradores/as vêm-se envolvidos/as num processo social marcado pela intranquilidade. Adquiriram os lotes de uma companhia loteadora, dentro das regras do mercado: compraram e pagaram, inclusive uma taxa mensal, para, ao final, receberem a 'Escritura de Compra e Venda' do imóvel. Sentem-se, portanto, na esfera da legalidade.

Nesse contexto, a memória recuperada registra a clara distância, no território da cidade, entre pobres e abastados, não proprietários e proprietários. Constata-se a inoperância do poder público na garantia de direitos às camadas populares, que são obrigadas a permanecer em situação de irregularidade e ilegalidade. Portanto, colhemos lembranças eivadas pelo anseio de reconhecimento e inclusão.

5 Mecanismos de adesão ao lugar: luta pela regularização fundiária

Mais uma vez o paradoxo se revela, os segmentos populares que buscaram a periferia para garantir um lote através da compra – trilhando assim o caminho da legalidade – não conseguem romper os limites da ilegalidade instaurada com a conivência do Estado, uma vez que este não cumpre o seu papel de administrador. Trata-se de uma arena fundada na reprodução da insegurança das classes populares.

As lembranças recuperadas incluem desde a perda material do bem adquirido até a perda do estatuto de proprietário e, por extensão, da segurança desejada. Na verdade, o que se revela é a ameaça à garantia da tranquilidade associada à propriedade - condição, em princípio, concretizada com a compra do lote - e a perda do status de proprietário, valor intensamente apropriado pelos pobres na sociedade capitalista.³⁷

Cabe ressaltar que as lembranças recuperadas revelam o entrelaçamento de ações coletivas no conjunto dos loteamentos irregulares da Zona Oeste, através de processos que arregimentam forças no enfrentamento da vida cotidiana e da busca de alternativas à precariedade vivida e vivenciada.

(...)Na época o que nos mobilizava, o que a gente mais queria era o problema da documentação. Você podia falar em tudo, mas se na hora falasse: 'Não vai resolver o problema da documentação', todo mundo se manifestava. O instinto do povo era o documento, era legalizar a documentação dos terrenos. Depois é que vinha água e luz, esgoto, melhoramento para o loteamento, era asfalto.

³⁷Este aspecto é relevante na compreensão das estratégias acionadas pelas classes populares para a sobrevivência na cidade. Sugerimos que se cruzássemos as variáveis, nível de renda e condição de moradia (própria ou alugada) em dois segmentos, classes populares e camadas médias, possivelmente, constataríamos que o estatuto de proprietário é muito mais perseguido pelas classes populares.

Essa hipótese foi confirmada após uma pesquisa num bairro popular na Zona Oeste, o bairro Nova Cidade, bem próximo à Vila dos Palmares. De 450 famílias entrevistadas, apenas 1(uma) vivia em casa alugada. Na medida que são excluídas do consumo, embora integrados ideologicamente, as camadas populares buscam alternativas que assegurem a continuidade da vida na cidade. A nosso ver, essa condição ancora-se na certeza de que não precisarão dispor de parte da renda mensal para pagar por moradia, até porque, no caso citado, quase 70% das famílias ganham até 2 salários mínimos.

(Lembranças de D. Cléa)

Olha, minha filha, o que as pessoas mais queriam, era regularizar a situação do loteamento, elas queriam a escritura. Porque aquele camarada tava deixando todo mundo assustado. E o loteador não fez nada do que combinou com a gente. Então, a gente procurou se unir pra poder conseguir o que a gente mais queria, e foi muito difícil, porque todo mundo tinha muito medo do tal do Rafael. (Lembranças de D. Maria José)

É possível reconhecer, no processo de rememoração que percorre e organiza o trabalho da memória, a existência de um imaginário compartilhado relativo à permanência no lugar. Cumpre salientar que a ênfase na permanência é construída na interface entre legalidade e união. Essa interface constitui, a nosso ver, a pista para a representação de cidade que recolhemos dessas lembranças.

5 Considerações finais

O contexto (re)construído pela memória ancora-se no desejo da estabilidade para os moradores do Loteamento Vila dos Palmares, o loteamento construindo-se como lugar. A memória resgata a solidariedade como eixo da construção do futuro, na garantia da casa, da família e do lugar³⁸.

As lembranças resgatam o encontro com o loteamento – as condições precárias e as dificuldades existentes – para integrar o lugar numa outra escala, a da cidade. O enfrentamento e a resistência no decorrer dos processos lembrados traduzem o desejo/projeto de inclusão na vida da cidade

A conjuntura política dos anos 70, marcada por práticas clientelistas nas políticas públicas³⁹, contribui para afirmar a presença, nos loteamentos irregulares e clandestinos, de políticos inescrupulosos que tentam minar o movimento para que perca o alcance político e autonomia⁴⁰.

Por outro lado, as condições político-institucionais que florescem a partir da luta pela

³⁸ “*Toda essa construção de um modelo de vida decente e confortável, que orienta os julgamentos da população sobre a sociedade e o lugar que nela ocupam, está, entretanto, intimamente vinculada a uma valorização da propriedade – não dos meios de produção, mas do espaço onde se desenrola sua vida, sua casa.*” (Durhan, 1994)

³⁹ Diniz (1983:64-72) ao se referir às relações dos movimentos com a esfera governamental sublinha a ambiguidade sempre presente na atuação do poder público no que concerne às carências definidas pelas comunidades, ressaltando que “é possível aproveitar as brechas, através de relações pessoais de lealdade, através dos contatos informais com determinado político para obter pequena melhoria para a comunidade ou mesmo uma ajuda individual.” Aponta a rede clientelista como um processo aceito por uma parte dos presidentes de associações como forma de sobrevivência num meio “indiferente e adverso”.

⁴⁰ Manipulando algumas lideranças com promessas, o poder instituído tenta, através da ideologia, mudar o rumo dos movimentos sociais. “A ideologia torna-se dominante e adquire feição própria sempre que consiga conjurar ou exorcizar o perigo da indeterminação social e política, indeterminação que faz com que a interrogação sobre o presente (o que pensar? o que fazer?) seja inutilizada graças a representações e normas prévias que fixem definitivamente a ordem instituída.” (Chauf, 1989, p.5)

redemocratização⁴¹, no final dos anos 70, contribuem para a emergência de movimentos de caráter mais combativo, na medida em que alguns mediadores procuram garantir a sua autonomia. Essa passagem é fundamental para a conquista da ação política realmente instituinte.

Assim, constatamos, conforme referência anterior, dois patamares de ação envolvendo os/as moradores/as de Vila dos Palmares. O primeiro, vinculado às lutas cotidianas num cenário de exclusão e segregação, próprio dos loteamentos irregulares e clandestinos. O segundo, configurado por ações que pretendiam atingir a esfera jurídico-política, expressando a presença do movimento numa arena de lutas pela regularização dos loteamentos da Zona Oeste. Regularização que garantiria, em princípio, o direito à cidade.

Tanto as lembranças recolhidas como as atas das reuniões da AMOVIP (Associação de Moradores de Vila dos Palmares) registram que o segundo patamar ganha em importância ao longo do tempo. Na verdade, é nele que estão depositados sentidos inovadores da participação social.

Referências Bibliográficas:

BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. São Paulo: Biblioteca de Ciências Humanas. 1979.

CALVINO, Ítalo. *Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar: Mundialização e fragmentação. In: *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Pedro. E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

DURHAN. Eunice. Movimentos sociais - A construção da Cidadania. In: *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, 10.out 1984.

_____. "A caminho da Cidade". In: *Debates*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GRAZIA, Grazia de. *Desafios e limites em formatos institucionais das lutas urbanas: o caso FAMERJ*. Tese / IPPUR – 1993.

HELLER, Acnes. *O cotidiano e a história*. 2 ed. RJ: Paz e Terra, 1985.

JACOBI, Pedro. Movimento social e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. SP:1974-1984, Cortez, 1989.

⁴¹Cf. Boschi, 1982: 17.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. RJ: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa do. *O movimento de loteamentos no Rio de Janeiro*. Tese / IPPUR - 1990.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. RJ (número 2 - vol.1 – art.41), 1986.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida cotidiana no mundo moderno*. 1991. SP. Paz e Terra. 1989

_____. *Introdução a prelúdios*. 1989. RJ. Paz e Terra.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3ª ed. SP: Contexto, 1994.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Movimentos Sociais: Caminhos para a Defesa de uma Temática ou o Desafio dos Anos 90*. Águas de São Pedro. SP. 14 Reunião da ANPOCS. (Mimeo.). 1990.

SADER, Pedro. E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. SP. HUCITEC, 1991.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1980.

WARREN, Ilse Scherer. Redes de Movimentos sociais e processos educativos. In: *Cidadania - textos – N° 4* (abr. 1995) Campinas, SP.